



<https://doi.org/10.15202/1981996x.2016v10n2p1>

ECONOMIA SOLIDARIA E MEIO AMBIENTE: AÇÕES SOCIAIS NA COLETA SELETIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

SOLIDARITY ECONOMY AND ENVIRONMET: SOCIAL ACTIONS IN THE SELECTIVE COLLECTION OF PRESIDENTE PRUDENTE-SP

ALBA REGINA AZEVEDO ARANA,

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Diretora da Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação da Presidente Prudente da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, SP, Brasil.

alba@unoeste.br

EDILENE MAYUMI TAKENAKA

Docente do curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, SP, Brasil.

Atua em pesquisa e docência com ênfase em Políticas Públicas, Economia, Gestão Ambiental, Cooperativismo, Educação Ambiental e Gerenciamento de Resíduos. edilene@unoeste.br

RESUMO

O conceito de Economia Solidária serve de base para explicar a união de trabalhadores na busca pelo resgate de sua cidadania através do trabalho cooperado e geração de renda. Assim surgiu, em dezembro de 2003, a COOPERLIX – Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente-SP, fruto de um projeto conjunto com várias Instituições (Universidades, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente/SP, Companhia Prudentina de Desenvolvimento -PRUDENCO, Companhia Prudentina de Desenvolvimento e Sindicatos), e financiado pela Fapesp que apresenta um histórico de luta e perseverança na realização da coleta seletiva no município. Desta forma, o objetivo principal deste artigo é apresentar as ações desenvolvidas em conjunto pelas universidades, poder público municipal e sociedade civil para a implantação da coleta seletiva no município de Presidente Prudente-SP. Neste trabalho partimos da hipótese de que, para efetivar a coleta seletiva no município e, consequentemente, a sobrevivência da COOPERLIX, faz-se necessária a articulação conjunta entre universidades, Poder Público Municipal e sociedade civil. Utilizou-se, a documentação direta através de pesquisa de campo e, finalmente, a técnica da observação direta intensiva. Comprovou-se que o poder público e a sociedade civil quando orga-

nizada e direcionada para alcançar uma meta, determina ações que podem transformar espaços e agir para o avanço da comunidade local.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperativismo. Coleta seletiva. Poder publico.

ABSTRACT

The concept of Solidarity Economy is the basis to explain the union of workers in the search for redemption of their citizenship through the cooperative work and income generation. Thus, in December 2003, came up the COOPERLIX - Cooperative Workers of Recyclable Products in Presidente Prudente - SP, as the result of a joint project with several institutions (Universities, Municipality of Presidente Prudente/SP, Prudenco, labor unions), and funded by FAPESP presenting a history of struggle and perseverance in achieving selective collection in the municipality. In this way, the main objective of this paper is to present the actions jointly developed by universities, municipal public power and civil society for the implantation of selective collection in the municipality of Presidente Prudente - SP. In this work we start from the hypothesis that, to effect the selective collection in the municipality and therefore the survival of COOPERLIX, it is necessary to joint articulation between universities, municipi-

pal government and civil society. We used the direct documentation through field research and, finally, the technique of intensive direct observation. It was proved that the government and civil society, when organized and directed at achieving a goal, determine actions that can transform spaces and act to advance the local community.

Key-words: Solidarity economy. Cooperativeness. Selective collection. Public power.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas em conjunto pelas universidades, poder público municipal e sociedade civil para a implantação da coleta seletiva no município de Presidente Prudente-SP. Desta forma, o trabalho partiu de alguns questionamentos: _As ações existentes entre sociedade civil, universidades e poder público municipal contribuem para o equacionamento dos problemas relativos aos resíduos sólidos urbanos?; _ Qual a contribuição do Projeto de Políticas Públicas e do surgimento da COOPERLIX para que a administração pública municipal caminhe em direção à implantação de um gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos em Presidente Prudente-SP?

A COOPERLIX surgiu como resultado do esforço conjunto de diversos setores da sociedade envolvidos em um Projeto de Políticas Públicas sobre “Educação Ambiental e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente SP: Desenvolvimento de metodologias para a coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho” (Projeto de Políticas Públicas/FAPESP), realizado em parceria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), Fundo Social de Solidariedade, Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (FENASCON) e Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Presidente Prudente e Região (SIEMACO), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FA-

PESP) e do Núcleo 3R da Universidade Federal de São Carlos.

No entendimento dos diversos atores (agentes econômicos, políticos e sociais) envolvidos na implantação da coleta seletiva no município a partir da formação de uma cooperativa composta por trabalhadores oriundos do lixão, havia urgência em oferecer uma alternativa de trabalho e renda para aqueles que sobreviviam da atividade de catação. Tal urgência era devido ao processo de licenciamento ambiental do aterro sanitário a ser implantado e o provável fechamento do lixão no município, que traria a perda da fonte de renda e do local de trabalho desses catadores, exigindo a formulação de propostas para sua organização e inclusão social.

Parafraseando Singer e Gonzalez (1998), o cooperativismo de trabalho é uma das alternativas para resgatar a cidadania e permitir aos trabalhadores um projeto de geração de renda e inclusão social.

Nossa participação, como representante e pesquisadora de uma das instituições parceiras no Projeto de Políticas Públicas em Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, proporcionou-nos o contato próximo com as pessoas envolvidas, diretamente, na execução do trabalho.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido foi apoiado na abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados. (RAMPAZZO, 2004). Neste sentido, a abordagem qualitativa visa compreender cada implicação do processo por meio de análises, interpretações e descrições subjetivas de cada situação.

Para tanto, a metodologia utilizada recaiu sobre o levantamento de dados a partir da documentação indireta em fontes primárias e secundárias. Utilizou-se também, a documentação direta através de pesquisa de campo e, finalmente, a técnica da observação direta intensiva. A técnica da observação participante foi utilizada no processo de organização da COOPERLIX e o acompanhamento de conflitos e estratégias de ampliação da coleta seletiva no município de

Emprega-se nesse trabalho o método indutivo, já que a observação, necessária na utilização desse método, é um instrumento importante para se chegar a uma resolução mais apurada do problema. Essa observação é essencial por permitir a descrição complexa das relações sócias estabelecidas na Cooperlix em Presidente Prudente. (PRODANOV, 2013; YIN, 2001).

A crescente concentração urbana da população brasileira, nos centros urbanos, traz a necessidade de atender a novas demandas por mercadorias, bens e serviços que, uma vez consumidos ou mesmo em seu processo de fabricação, geram resíduos de diversos tipos. Tais resíduos gerados necessitam de um adequado gerenciamento que deve observar todo o processo que passa por sua origem, separação, transporte, acondicionamento e disposição final. Caso contrário, teremos como consequência, o agravamento de uma das principais questões ambientais: _ O que fazer para que o resíduo gerado não agrida o meio ambiente?

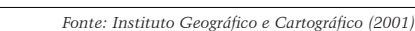
A geração de resíduos está sempre presente e mesmo após o término da vida útil dos produtos ou bens consumidos, temos ainda mais resíduos que são somados àqueles já dispostos nos lixões e aterros, perfazendo um montante com alto potencial poluidor. (TAKE-NAKA, 2008)

3

Ogata (1983), ao tratar da organização do espaço relacionada aos resíduos sólidos gerados pela civilização, afirma que o acúmulo de resíduos no solo, durante sua evolução histórica, apresenta destaque na materialidade física em que ficam registrados, no espaço, o 'modus vivendi' de uma época.

Segundo Smith (1988, p. 77) : “[...] em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência”.

O município de Presidente Prudente-SP, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, possui aproximadamente 207 mil habitantes e gera em torno de 200 toneladas de resíduos sólidos urbanos diariamente (figura 1).



local considerado como aterro controlado pela prefeitura municipal¹. Tal serviço é prestado por uma empresa de economia mista, a Companhia Prudentina de Desenvolvimento – PRUDENCO, contratada pela Prefeitura Municipal.

Entretanto, a área utilizada para a disposição final de resíduos sólidos urbanos apresenta alguns itens negativos como o fato de não possuir cercamento na totalidade da área e nem impermeabilização da base do aterro. (TAKENAKA, 2008)

Segundo a PRUDENCO (2006), a atual área de aterro controlado apresenta um conjunto de problemas, além da poluição do solo e da água subterrânea e contaminação do leito do Córrego Gramado, dentre os quais podemos destacar: “[...] Proximidades do Distrito Industrial, desvalorizando o local e seu potencial de atração de investimentos privados [...], limitando seu crescimento industrial e a geração de empregos (inserção nossa)”, o que agrava o problema da criação de subempregos e, muitas vezes, leva ao aumento no número de catadores de resíduos no local do aterro.

Dessa forma, a situação social de Presidente Prudente-SP agrava-se ao verificarmos as condições de vida existentes no aterro da cidade, uma vez que a facilidade de acesso ao lixo e as crises econômicas e sociais permitem que um número significativo de pessoas sobrevivam em condições sub-humanas, alimentando-se de restos de alimentos e tirando o seu sustento da catação e venda de materiais recicláveis.

As pessoas que atuam como “garimpeiros” no aterro da cidade estão em situação de exclusão social, resultado do sistema em que vivemos, estruturalmente excludente, destacando-se vários indicadores que favorecem essa situação, tais como: o desemprego, a falta de escolaridade, a falta de qualificação, o rompimento ou a fragilidade nas relações familiares e outros, em situação de privação coletiva que inclui a pobreza, discriminação, subalternidade, não acessibilidade e não equidade social, favorecendo o crescimento da violência, do consumo de drogas ilícitas, da fragilização das estruturas familiares, do desemprego de longa duração, dentre outras.

[...] São homens e mulheres, trabalhadores, que tiram da coleta, separação e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, sua sobrevivência e também, a de sua família. Pessoas que atuam como “catadores de lixo” recolhendo o material

reciclável e vendendo-o para os atravessadores que, posteriormente, o revenderão para as grandes indústrias recicladoras a preços mais altos, obedecendo à lógica perversa da apropriação do trabalho acumulado.[...] A participação desses catadores na segregação informal do lixo – nas ruas, vazadouros ou aterros –, é um ponto mais visível da relação do lixo com a questão social. Através de tal fato, temos a consolidação de um elo entre o lixo – inservível, indesejável, inútil –, e a população marginalizada e excluída da sociedade que, no lixo, encontra e identifica o objeto a ser trabalhado na condução de sua estratégia de sobrevivência. (TAKENAKA, 2008, p.139)

Em março de 1996, o Ministério Público (Processo 003/96) concluiu, através de laudos oficiais, que a área utilizada para depósito de lixo pela administração pública municipal apresentava-se inadequada.

Como consequência, houve a necessária assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento-TCA celebrado no dia 10 de julho de 1997 entre o município de Presidente Prudente, representado pelo então prefeito Sr. Mauro Bragato, a PRUDENCO e o Ministério Público do Estado de São Paulo, considerado um marco histórico que sinaliza o início da conscientização, mesmo que de forma impositiva, acerca da importância de um adequado gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

A partir desse momento, assumiu-se um compromisso formal entre as partes interessadas e, o cumprimento de suas exigências traria uma solução positiva para o problema da questão ambiental no tocante ao manejo adequado dos resíduos sólidos, a implantação de uma usina de compostagem e reciclagem de lixo, a viabilização de uma área destinada ao aterro sanitário municipal e a recuperação dos locais utilizados como lixões no município.

O cumprimento do compromisso formalizado em 1996 apresentou um desenrolar lento e comedido.

Para a administração pública municipal, a desativação do local trouxe consigo um agravante que se refere às pessoas que trabalham como “garimpeiros do lixo”. Pessoas que atuam nas áreas de disposição final manuseando os resíduos sólidos em condições de insalubridade, em busca de materiais que possam ser reaproveitados para consumo ou comercialização e que, no caso do impedimento de seu acesso a essas áreas, perderiam sua fonte de renda.

¹ Em relatório enviado ao Ministério das Cidades (2004), a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente classifica o atual lixão como “aterro controlado” por considerar que ocorre, diariamente, a compactação e cobertura dos resíduos dispostos com material inerte. Contudo, nas reuniões e atividades informais, a população e os próprios representantes da administração municipal referem-se ao local como lixão.

Dessa forma, podemos afirmar que o conjunto de questões ligadas aos resíduos sólidos urbanos, no município, abrange os aspectos ambientais, políticos, econômicos e sociais, tornando necessária uma integração entre poder público e coletividade, uma vez que tais questões abrangem os agentes envolvidos tanto no processo de geração, quanto no consumo, no descarte e no reaproveitamento dos resíduos.

Uma das maneiras encontradas na tentativa de solucionar parte do problema descrito e auxiliar a administração pública municipal no cumprimento de ações relacionadas aos trabalhadores envolvidos na catação de materiais no aterro (controlado) e implantar a coleta seletiva no município foi a criação de uma Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis (COOPERLIX).

O processo de organização da COOPERLIX partiu da iniciativa de aproximação por parte dos pesquisadores (universidades), em ações articuladas junto aos demais parceiros (poder público municipal e sociedade civil) e com o grupo de catadores a partir da elaboração de um projeto de políticas públicas em educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com o apoio da FAPESP, qual seja, o Projeto de Políticas Públicas/FAPESP - Processo nº 00/02034-0, intitulado "Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP".

Segundo Leal (2002), uma das atividades de suma importância para o processo de organização dos trabalhadores catadores, foram as visitas a outras experiências organizativas de sucesso, como a cooperativa de Penápolis e as usinas de triagem de resíduos sólidos de Presidente Bernardes, ambas no Estado de São Paulo. Ocasões em que os catadores tiveram contato com outros trabalhadores envolvidos com resíduos sólidos; conhecer histórias similares às deles e começar a acreditar na possibilidade da organização do grupo.

A COOPERLIX está instalada, desde 12 de dezembro de 2003, na rua Mariano Arenales Benito, s/n, Distrito Industrial I. Desde então, a coleta seletiva é realizada no município, obedecendo sua divisão por setores e dias da semana pré-estabelecidos.

Adotou-se o sistema de descarte diferenciado, com os moradores sendo orientados a separarem os resíduos secos (metal, papel, vidro e plástico) dos resíduos úmidos (orgânicos). A COOPERLIX possui uma diretoria eleita através do

voto de seus membros e um regimento aprovado em assembleia, seus componentes são pessoas que deixaram a catação ou garimpagem no lixão do município e aceitaram o desafio de buscar melhores condições de trabalho sob a forma cooperativa. (TAKENAKA, 2008).

Jacobi (2006) afirma que os programas destinados a encaminhar soluções adequadas para a questão ambiental passam pela participação coletiva, observando que as soluções apontadas pelos administradores públicos devem envolver a população na efetiva prática das ações programadas.

Magera (2003) acrescenta que frente a esta situação, verificamos uma grande evidência da necessidade de se propor ações de organização própria e autonomia dessas pessoas, permitindo-lhes uma vida com condições mais humana e com seus direitos enquanto cidadãos assegurados.

Segundo Singer (1995), acredita-se que o trabalho cooperativo possa trazer forças para competir com igualdade no mercado, procurando, com a união aumentar a oferta de materiais recicláveis e conseguir um volume maior, suficiente para negociar os preços e as condições com as poucas indústrias deste segmento dando oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da auto-ajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores.

Nesse sentido, Singer relata ainda que:

(...) mesmo que seja difícil propor alguma generalização para o conjunto dessas experiências, é possível apontar duas tendências: que "a maioria das cooperativas sobrevive por anos, apesar da extrema debilidade do que chamamos bases de sustentação", e que a "maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio das entidades que as gestaram e as continuam acompanhando". Ainda que limite essas relações de dependência perante organizações oriundas de supostas expressões "autônomas" da sociedade civil (...)

(SINGER, 2003, p.27 apud WELLEN, 2012, p. 57)

É importante ressaltar que, em todo esse processo de implantação da coleta seletiva e organização dos trabalhadores cooperados, muitos obstáculos surgiram: dificuldades financeiras, falta de apoio de alguns segmentos da sociedade, desentendimentos entre os mem-

bros da COOPERLIX, entre outros.

Cunha (2002) procura explicar uma parte dessas desavenças quando afirma que: para muitos, a economia solidária se configura como uma alternativa ao modo de produção capitalista; para outros, mais cautelosos, ainda há muitas contradições internas, na medida em que práticas e valores baseados em solidariedade e democracia coexistem com outros baseados em individualismo e desigualdade. Quando, em essência, esses interesses individuais deveriam tornar-se solidários.

Dessa forma, a atuação dos parceiros, apoiadores e administração pública municipal têm-se mostrado fundamental para que os trabalhos tenham andamento.

4. AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

As ações adotadas pelo poder público atingem a vida cotidiana de toda a sociedade e podem ser consideradas em meio ao entendimento de implantação de políticas públicas.

Segundo Monteiro (1982), do ponto de vista da ciência econômica, o termo “política pública” remete a um plano de escolhas racionais de agentes que tomam decisões. Para a teoria da administração, o foco principal, refere-se aos resultados, potencialmente, alcançados pela organização governamental. Já a ciência política e a análise sociológica tratam de investigar a política como resultado de interações entre diferentes grupos, segmentos ou classes sociais.

Castells (1983, p. 16) utiliza o termo “política pública” como “[...] a instância na qual a sociedade trata as contradições e defasagens das diferentes instâncias que a compõe”.

Para Melazzo et al (2003), a “política pública” pode ser entendida como um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que lhe chama atenção, interesse e mobilização de outros setores.

Bucci (2006) acrescenta que “políticas públicas são programas de ação governamental que visam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

O artigo 174 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, apresenta o termo “políticas públicas” como: “ processo ou conjunto de processos

que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades, para a definição dos interesses públicos reconhecidos pelo direito”.

Partimos, então, do entendimento de que toda política é essencialmente pública, uma vez que o conceito de “público” deve incorporar às porções da sociedade civil, à relação entre indivíduos e também do setor privado, não devendo ficar restrito ao âmbito do Estado. Acrescentamos, ainda, que o conceito de “políticas” acaba por ampliar-se para poder referir-se às normas técnicas e sociais estabelecidas por uma coletividade pública e utilizadas na administração do domínio público. (TAKENAKA, 2008)

Consideramos, então, “políticas públicas” como um conjunto de ações realizadas em um processo que envolve a administração pública, os indivíduos e a sociedade civil para, através de normatizações estabelecidas, alcançar objetivos definidos como prioridades pela coletividade.

Assim, as ações adotadas pelo poder público municipal em consonância com suas secretarias, possuem como ponto de partida a busca pelo atendimento das necessidades da coletividade que representam.

A Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente, promulgada em 05 de abril de 1990 (e mais tarde alterada pela Resolução nº 200, de 27 de março de 1996), regulamenta, no Artigo 184, seção II – Do meio Ambiente, a responsabilidade do município com a promoção efetiva da população, na preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente. A mesma lei, no Artigo 186, inciso XIV, prevê a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com o objetivo de participação em estudos regionais visando a manutenção, recuperação e conservação da natureza.

Como resultado, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Presidente Prudente (COMDEMA), foi criado pela Lei nº 3.660, de 25 de julho de 1993, tendo como objetivo atuar como órgão consultivo, orientador e normativo no que concerne à política de expansão, desenvolvimento, prevenção e defesa da ecologia no âmbito municipal. Contudo, o COMDEMA entrou, efetivamente, em funcionamento em 1997, por meio do Decreto Municipal nº 11.105, do mesmo ano.

O COMDEMA é um órgão consultivo, orientador e normativo que, após análise de determinados aspectos relacionados ao meio ambiente, emite um parecer sem que, necessa-

riamente, tenha suas orientações colocadas em prática pelo poder público municipal.

No ano de 1997, com base no Plano Diretor do Município de Presidente Prudente (Lei Complementar nº 029/96) em sua Seção I – Da política administrativa no âmbito do planejamento municipal, que no seu artigo 12º prevê a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, temos o Projeto de Lei nº 24, de 26 de março de 1997 que institui a criação da mesma. Tal projeto regulamenta que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Turismo (SEMATUR) tem por objetivo a preservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança de sua comunidade e à proteção dos ecossistemas, em benefício das gerações atuais e futuras.

A SEMATUR busca desenvolver, adequadamente, suas funções e, para tanto, tem trabalhado em conjunto com outras secretarias, principalmente com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria Municipal de Obras e conta com a atuação de funcionários da Prefeitura Municipal e da PRUDENCO. A SEMATUR possui autonomia para inviabilizar obras do município, caso essas não estejam de acordo com a adequação ambiental exigida e tem utilizado o Plano Diretor do Município como ponto de apoio para suas ações.

Tais atos são respaldados na seção XII – Da Política Ambiental, Artigo 35, incisos II e VIII, do atual Plano Diretor do Município (Lei Complementar nº 151/2008) que destaca como objetivos básicos da política, integrar ações ligadas à defesa do meio ambiente e compatibilizar a política ambiental com políticas setoriais como a de uso e ocupação do solo, do zoneamento urbano, código de obras, entre outras.

Considerando o enfoque na questão do tratamento e destinação dos resíduos sólidos gerados no município, a SEMATUR em parceria com o COMDEMA tem participado de importantes ações desenvolvidas como, por exemplo: o diagnóstico do aterro localizado no Distrito Industrial; a implantação dos Bolsões de Entulho controlados pela Prefeitura Municipal; a aquisição de nova área para a implantação de um aterro sanitário e o enfoque em educação ambiental.

O Plano Diretor do Município de Presidente Prudente de 1996, Seção XII – Da Política Ambiental, incisos V e VI, trata da formação de uma consciência pública sobre a necessidade

de preservar a qualidade ambiental com o desenvolvimento de atividades educativas junto à comunidade e, com isso, imputa à SEMATUR desenvolver a competência da promoção da Educação Ambiental criando, por meio do Decreto Lei 11.559/97, a Escola Livre do Meio Ambiente (ELMA) vinculada à SEMATUR, com a cooperação da Secretaria Municipal de Educação. As ações, desenvolvidas por esses órgãos, incluem palestras em escolas, associações de moradores e condomínios para a conscientização ambiental e divulgação da coleta seletiva, além de organizar visitas de alunos à sede da COOPERLIX.

Da educação ambiental passamos para os projetos sociais desenvolvidos pelos órgãos municipais: a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) e o Fundo Social de Solidariedade (FSS).

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), no que se refere à coleta e disposição de resíduos sólidos, tem mantido uma parceria ativa com a COOPERLIX através do projeto social “Consolidando a Cidadania” desenvolvido a partir de 2004. Esse projeto social tem, por finalidade, a formação e o fortalecimento de grupos de trabalhadores para a geração de renda, com ações articuladas entre o poder público e a sociedade civil, buscando possibilitar a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em situação de exclusão social, através de novas formas de organização de trabalho e de renda, fazendo com que possam migrar de uma situação de exclusão para a situação de inclusão social.

Devemos considerar outra parceira atuante desde o início da implantação da coleta seletiva no município: a PRUDENCO.

A atuação da PRUDENCO em relação às questões de coleta e disposição de resíduos sólidos do município, especificamente quanto ao apoio à COOPERLIX, tem sido o auxílio prestado no transporte dos materiais coletados, ao ceder um caminhão e um motorista, aos cooperados, durante alguns dias da semana.

5. AS AÇÕES DA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE CIVIL: PARCEIROS E APOIADORES DA COLETA SELETIVA E DA COOPERLIX

As universidades envolvidas na implantação da coleta seletiva e na formação da COOPERLIX (UNESP e UNOESTE) sempre estiveram

presentes nesse processo a partir da atuação de seus professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação partícipes, assim, a pesquisa acadêmica teve atuação decisiva nas várias ações para sensibilizar e envolver os catadores do lixo, com o intuito de organizá-los sob a forma de trabalho cooperativado e, ao mesmo tempo, buscando a colaboração da administração pública municipal para a implantação da coleta seletiva no município. Atuando em conjunto, UNESP e UNOESTE, através de ações específicas junto à comunidade acadêmica e à população prudentina, podem ser apontadas como fundamentais, para a conscientização dos problemas relacionados à disposição de resíduos no município e na busca pelo apoio da coletividade às atividades da COOPERLIX. Tais entidades têm apresentado papel decisivo no planejamento e execução de campanhas educativas junto às escolas, associações de moradores, órgãos públicos, catadores e cooperados. Seus grupos de pesquisa envolvem alunos e professores, na elaboração de trabalhos acadêmicos, cuja divulgação de resultados é realizada através da participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

O SIEMACO e o FENASCON permanecem presentes desde a fase de implantação, oferecendo orientação e acompanhamento, no que se refere à coleta seletiva e sua ampliação. Sua contribuição financeira, para a compra de equipamentos de proteção individual e parte de um caminhão, foi importante para manter o funcionamento da COOPERLIX em sua fase inicial.

As participações dos demais apoiadores como a FAPESP, a Cúria Diocesana, o Rotary Club, colaborando na aquisição de máquinas, equipamentos e caminhões para a instrumentalização das atividades da COOPERLIX foram imprescindíveis para sua operacionalização e manutenção dos cooperados.

Através da atuação dos parceiros, no ano de 2006, a COOPERLIX teve o apoio da Caixa Econômica Federal em um projeto de responsabilidade social intitulado "Objetivos do milênio" que destinava, durante um ano, a verba mensal de mil reais para despesas de consumo da COOPERLIX. Em virtude de irregularidades na documentação legal da COOPERLIX, essa verba só foi liberada em abril de 2007.

Em fins de 2007, o Banco do Brasil, através do Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), surgiu como novo apoiador da CO-

OPERLIX, apresentando a possibilidade de liberação de verbas para a compra de equipamentos e máquinas com o objetivo de aumentar a produtividade no processo seletivo de materiais recicláveis e agregar valor para melhorar os preços recebidos. Tal proposta foi vinculada ao comprometimento por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em ampliar a área construída da COOPERLIX para acomodar os novos equipamentos e os fardos de materiais prensados a fim de evitar sua exposição ao ar livre.

Em junho de 2008, após a concordância da Prefeitura Municipal em ampliar a área construída da COOPERLIX e o início dos trabalhos de planejamento e estruturação, o Banco do Brasil liberou uma verba de R\$ 376.000,00 a ser investida, em sua totalidade, para a compra de equipamentos de segurança, empilhadeira, esteira, máquina esmaltadora, computador e um caminhão e carroceria, além de materiais para a divulgação da coleta seletiva e materiais de consumo para o escritório.

A partir de 2008, os órgãos públicos federais e municipais, em concordância com o Decreto Presidencial 5.940/06 e a Portaria municipal 075/08, passaram a ceder os materiais recicláveis gerados em suas repartições para a cooperativa, contribuindo para o aumento na quantidade final a ser comercializada pela mesma.

As universidades envolvidas receberam, em 2010, o Prêmio Santander Universidades, na categoria Universidade Solidária, com a apresentação de um trabalho baseado na implantação da coleta seletiva e na formação da cooperativa de catadores intitulado "Educação Ambiental e Resíduos Sólidos: potencializando a Cooperlix para ampliação das ações educativas e de geração de trabalho e renda para catadores de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis em Presidente Prudente-SP"

O grande mérito do trabalho apresentado foi evidenciar a melhoria nas condições de trabalho e da renda auferida por cada cooperado além da contribuição para um meio ambiente mais saudável a partir da conscientização da população acerca da importância da coleta seletiva.

Ao longo dos anos, a população prudentina têm se mostrado, em parte, receptiva quanto à separação de materiais passíveis de reciclagem para entrega aos cooperados. Entretanto, os parceiros e apoiadores percebem a necessidade de constante reforço no que se refere à conscientização ambiental e à necessidade de separação dos resíduos.

Tais reforços são realizados a partir de palestras em escolas e campanhas, demonstrando a importância da coleta seletiva e da reciclagem, com a distribuição de cartilhas e folhetos junto à população.

Cabe esclarecer que, a presença constante de parceiros e apoiadores do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP nas ações e estratégias desenvolvidas, no tocante à coleta seletiva e à organização da COOPERLIX, incluindo a solução de conflitos internos, entre cooperados, tem proporcionado a longevidade da COOPERLIX.

Outra questão é o baixo retorno financeiro dos cooperados, pois do valor arrecadado através da venda dos materiais recicláveis, são deduzidas algumas despesas gerais como: custo com alimentação, telefone, material de consumo, entre outros, e o total é revertido para os cooperados. Devido a esse fato, caso os cooperados arcassem com todos os custos operacionais da cooperativa, o ganho mensal seria muito menor, tornando inviável sua permanência na COOPERLIX. Por esse motivo, uma parte dos custos com água e energia elétrica da cooperativa é paga pela Prefeitura Municipal, através de seus projetos sociais, além de auxílio para as refeições preparadas em sua sede.

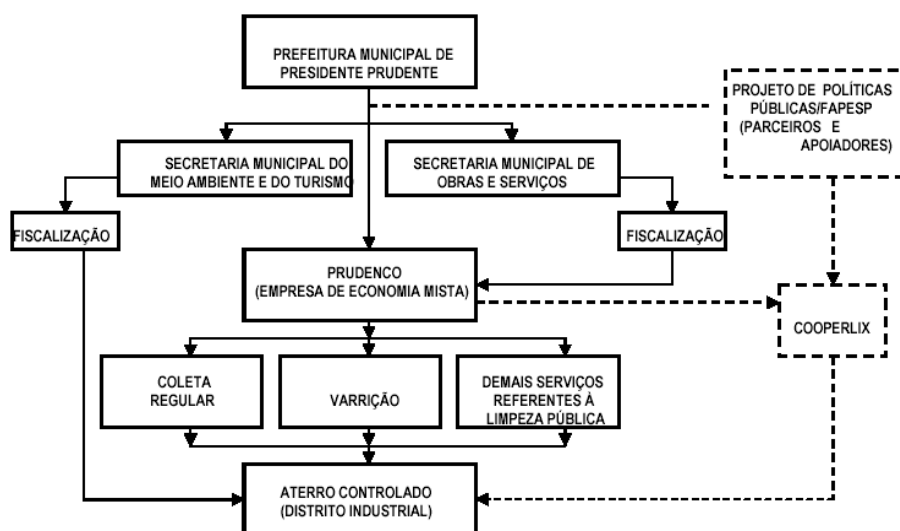
Dessa forma, enfatizamos que a atuação da COOPERLIX, no município de Presidente Prudente, contribui para a diminuição no volume de resíduos sólidos urbanos, que são dispostos no aterro, aumentando a sua vida útil. Para

o cooperado, a qualidade no ambiente de trabalho e a condição de vida mais saudável, longe dos animais peçonhentos e do risco de contaminação encontrado no lixão, contribui para o aumento de sua autoestima e reforça a expectativa de se engajarem e de se valorizarem para, assim, terem garantias de sua inserção na sociedade.

6. O GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP: PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, adotado em Presidente Prudente-SP, pode ser descrito como semelhante ao modelo de “Gestão com Privatização” (observar figura 2 com traços contínuos) em que o município possui o serviço de coleta, à disposição dos resíduos, realizado por empresa contratada, no caso a PRUDENCO (responsável pela varrição, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos). Toda a atividade é acompanhada por medições conferidas e fiscalizadas pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, estando, a contratada, sujeita às penalidades previstas em contrato, caso haja o descumprimento de suas funções.

Figura 2 - Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Presidente Prudente -2008



Fonte: TAKENAKA, 2010.

Com a implementação do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP e por meio do engajamento de parceiros, apoiadores e representantes da sociedade civil, com a organização da COOPERLIX, passamos a apontar uma alternativa de gestão, que se aproxima do Modelo de Gestão Participativa, na coleta seletiva de lixo. Ao observar a figura 2, os traços contínuos representam o Modelo de Gestão com Privatização adotado pelo município de Presidente Prudente-SP e os traços tracejados mostram a contribuição do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, seus parceiros e apoiadores na criação e apoio às ações da COOPERLIX, responsável pelo atendimento a alguns bairros do município, com a coleta seletiva e orientada por um representante da PRUDENCO, em sua estratégia e organização de trabalho. Após a separação dos materiais a serem comercializados, a COOPERLIX descarta os seus rejeitos no aterro controlado localizado no Distrito Industrial.

Entretanto, para que o Modelo de Gestão Participativa seja, efetivamente, incorporado

à administração pública e o município chegue a um modelo adequado de manejo dos resíduos sólidos urbanos, sugere-se que a consolidação das políticas públicas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos se dê a partir do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, e somente a partir dele.

Tal concepção parte da idéia de que o diagnóstico da situação atual do município é essencial, além da mobilização de vários setores da sociedade prudentina, para contribuir na elaboração de políticas públicas no intuito de solucionar os problemas relacionados aos resíduos sólidos urbanos, sua forma de gerenciamento e a organização do trabalho daqueles que sobrevivem da catação de materiais recicláveis, com a implantação da coleta seletiva no município, ações que têm sido desenvolvidas e revistas durante as três fases do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP.

A partir do que foi tratado, sobre o papel do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, fica claro que o mesmo contribuiu, sobremaneira, para a implantação da coleta seletiva e, portanto, encaminhando o município para um gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos.

Ressaltamos, ainda, que as parcerias formadas pelo Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, representando os vários agentes sociais,

confirmam que ações articuladas e em “rede” transforma espaços e leva, em grande parte, à efetivação de medidas que caracterizam a prática de políticas públicas integradas, com resultados positivos para a comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as políticas públicas municipais, relacionadas aos resíduos sólidos urbanos, verifica-se que, muito do que foi disposto em Leis e Decretos Municipais permanece em sua forma escrita, sem, contudo, alcançar sua efetividade prática, apesar das penalidades instituídas em caso de descumprimento das mesmas. O que evidencia que, sem o engajamento da população, através da conscientização e mobilização da sociedade civil, a normatização proposta, por si só, não é capaz de levar ao cumprimento das metas estabelecidas.

A dificuldade encontrada no cumprimento de tais normatizações no município agrava as condições ambientais, sociais e econômicas relacionadas a essa questão e enfatiza a falta de um plano ou programa elaborado com bases em uma política pública municipal para um adequado gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos.

Ressaltamos que o município de Presidente Prudente ainda não possui um gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos adequado. A gestão adotada envolve a coleta regular dos resíduos sólidos urbanos e sua disposição final no lixão localizado no Distrito Industrial. Nesse local, há cerca de 90 catadores que retiram o material reciclável do lixão para seu sustento, trabalhando em condições precárias. O município, apesar de apresentar um Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, possui a coleta seletiva que não atende 100% do município, realizada pela cooperativa de trabalhadores em materiais recicláveis, a COOPERLIX e pela PRUDENCO.

Acreditamos que o trabalho realizado pelos integrantes da COOPERLIX possibilite a competição com igualdade no mercado, procurando aumentar a quantidade de materiais recicláveis para negociar por melhores preços e condições, visto que há poucas indústrias desse segmento, dando oportunidade de resgatar a dignidade humana do catador, assim como o desenvolvimento da autoajuda e cooperação en-

tre seus membros.

A atuação da COOPERLIX, no município de Presidente Prudente, contribui para a diminuição no volume de resíduos sólidos urbanos, que são dispostos no aterro controlado, aumentando a sua vida útil. Para o cooperado, a qualidade no ambiente de trabalho e a condição mais saudável em que se encontra contribui para o aumento de sua autoestima e expectativa de vida.

Foi verificado que o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no município tem ocorrido de maneira desarticulada e com práticas que, apesar dos resultados alcançados, não garante a formulação de uma política integrada ao município.

Em relação à forma de organização e gestão, pretende-se que a COOPERLIX alcance condições de auto-sustentabilidade e que os parceiros auxiliem em sua gestão interna, mas que se mantenha o poder de decisão, com os cooperados.

Apesar da autogestão ser um dos objetivos a ser alcançado, ela vem sendo construída lentamente, no curso de sua trajetória, a fim de responder às expectativas do grupo e aos objetivos de uma gestão coletiva, autônoma (embora assistida), democrática e sustentável. Prova disso, são as necessárias intervenções por parte dos parceiros, em casos de conflitos internos e também nas questões legais, burocráticas e gerenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCCI, M. P. D. (org.) **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de Santo André, SP**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2002.
- EIGENHEER, E. M. **Lixo e vanitas: considerações de um observador de resíduos**. 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- JACOBI, P. (org.) **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LEAL, Antonio Cezar; et al. **Educação ambiental e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho**. Presidente Prudente: UNESP/FAPESP, 2002. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/egires>>. Acesso em: 10 abr.2003.
- MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. 1ª edição, Campinas: Átomo, 2003.
- MELAZZO et al. **Políticas públicas e exclusão social: a construção do debate no interior do SI-MESP**. anais do IV Fórum de Ciências da FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 15 a 17 de maio de 2003.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Prudente. Inquérito Civil: Processo nº 003/96**.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – M.T.E. **ECONOMIA SOLIDÁRIA. A economia solidária. O que é a economia solidária?** Disponível em < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp > Acesso em 11.jan.2010.
- MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.
- OGATA, M. G. **Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo-SP**. Rio de Janeiro: IBGE, SUPREN, 1983.
- OLIVEIRA, A. S. D. de. **Método para viabilização da implantação de plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos: o caso do município do Rio Grande-RS**. 2002. 230p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. (2ª ed.). Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.
- PRUDENCO. **Estudo de impacto Ambiental. Aterro sanitário de Presidente Prudente-SP**, mar. 2006.
- RAMPAZZO, Lino. **O conhecimento**. In: RAMPAZZO, Lino **Metodologia científica para alunos do curso de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004
- SINGER, P. e GONZALEZ, P. **A empresa social e globalização – Administração autogestionária: um apossibilidade de trabalho permanente**. São Paulo:

